



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TABELA 6

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO¹**

Emitente: Controladoria Geral Interna

Entidade: Município de Santa Maria de Jetibá

Gestor responsável: Hilário Roepke

Exercício: 2017

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Dentre os itens avaliados, muitos foram verificados mediante análise de relatórios de sistemas informatizados do município ou mediante verificação nas próprias secretarias. Muitos destes itens descritos abaixo não foram objeto de auditoria, mas foram realizados através de verificações de informações, relatórios, processos e sistema. Salientamos que o procedimento sugerido pela Normativa editada em muitos casos era de auditoria governamental de conformidade, porém

¹ Artigos 76, § 3º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 122, § 5º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC- 261/2013).



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

não houve tempo hábil para a realização do procedimento sugerido, sendo assim adotada uma verificação mais singela.

Código	Objeto/ Ponto de controle	Processos Administrativo s analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.1.	Prestação de contas anual de execução orçamentária	BALORC, BALFIN e Relatório do Setor Tributação Municipal.	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	BALORC, BALFIN e Relatório do Setor Tributação Municipal.	BALORC, BALFIN e Relatório do Setor Tributação Municipal.
1.1.3.	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Processo nº 13.292/2017.	CF/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Relatório Contábil e Movimentação Financeira. Repasse de duodécimo: R\$ 4.910.913,94 anual.	Janeiro à julho de 2017. Valor: R\$ 2.455.456,98.
1.2.13.	Equilíbrio Financeiro Atuarial	Relatório Cálculo e Atuarial ano 2016.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS.	Relatório Cálculo e Atuarial ano 2016.	Relatório Cálculo Atuarial ano 2016.
1.2.14.	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Relatório Cálculo e Atuarial ano 2016.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado o desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Relatório Cálculo e Atuarial ano 2016.	Relatório Cálculo Atuarial ano 2016.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Processo nº 15.161/2017.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Saldo de dívida ativa em 2016 - R\$ 1.744.891,58. Saldo de dívida ativa em 2017 - R\$ 1.934.299,84. Lei nº 1.876/2016. Lei nº 1.876/2016.	Resultado: inscrição de dívida ativa: R\$ 382.756,81. Lançamentos: R\$ 550.254,98.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

					1.944/2017. Decreto nº 1.324/2016.	Pagamento: R\$ 303.687,43.
1.4.1.	Educação aplicação mínima	-Anexo VIII do RREO 2017.	do CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Receitas Resultantes de Impostos ano de 2017 R\$74.567.406,47.	Total de despesas em educação R\$ 25.403.253,33 equivalente a 34,07%.
1.4.2.	Educação remuneração dos profissionais do magistério	-Anexo VIII do RREO 2017 folha de pagamento.	do CRFB/88, art. 60, inciso XIII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Recursos do FUNDEB ano de 2017 R\$13.441.002,18.	Valor de aplicação do FUNDEB em remuneração do magistério ano de 2017 R\$ 11.371.067,05 equivalente a 86,41%.
1.4.3.	Educação Pertinência	-Listagem empenhos período 01/01/17 a 31/10/17 relacionados Secretaria Educação, Processos 15.667/17, 14.585/17, 6.819/17, 9.039/17.	de Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71. a de nº e	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam às disposições contidas nos artigos 70 e 71 da LDB, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Valor total de Empenhos Secretaria Educação até o mês de outubro de 2017: R\$29.292.543,27.	Valores na Empenho dos Processos analisados: R\$ 1.865.453,28. R\$
1.4.4.	Saúde Aplicação Mínima	Anexo XII - RREO - 1º ao 4º bimestre.	do CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, pelo estado e pelos arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na	Anexo XII Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO - 1º ao 6º bimestre.	Anexo XII - RREO - 1º ao 4º bimestre.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				CRFB/88 e na LC 141/2012.		
1.4.5.	Saúde pertinência	Processo 1.401/2018.	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Gastos com a Saúde no ano de 2017.	Relatório das liquidações do 4º bimestre do ano de 2017. - Anexo 12 - RREO 4º bimestre - Fonte de Recursos Próprios 12010000.
1.4.6.	Despesas com pessoal abrangência.	Processo nº 15.947/2017.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Relatório Contábil - Anexo I - RGF - Demonstrativo da despesa com pessoal. R\$ 51.821.200,52.	Processos de terceirização de mão de obra. nº 17.297/2016; 1.527/2017; 1.933/2017; 7.169/2017; 2.992/2017. Valor R\$ 569.144,95.
1.4.7.	Despesas com pessoal – limite	Processo nº 15.380/2017.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Relatório Contábil - Anexo I - RGF - Demonstrativo da despesa com pessoal. R\$ 51.821.200,52.	Janeiro à junho de 2017. R\$ 26.216.417,73.
1.4.8.	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Processo nº 16.090/2017.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Convocações realizadas pela Secretaria de Administração. Existência de impacto orçamentário nas convocações do edital de concurso seletivo. Sem novos impactos para substituição de servidores.	Edital de convocação nº 007/2017 (concurso). Edital de convocação nº 005/2017 (processo seletivo)
1.4.10.	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Processo nº 16.224/2017.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram	Relatório Contábil - Anexo I - RGF - Demonstrativo da despesa com pessoal.	Janeiro à junho de 2017.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				observadas.		
1.4.11.	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Processo nº 16.692/2017.	nº LC 101/2000, art. 23 c/ CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Relatório Contábil – Anexo I - RGF - Demonstrativo da despesa com pessoal.	Janeiro à junho de 2017.
1.4.12.	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Processo nº 16.915/2017.	nº CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Processo nº 16.915/2017.	Processo nº 16.915/2017.
1.4.14.	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Processo nº 19.662/2017.	nº CRFB/88, art. 29- A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Relatório Contábil – Movimentação Financeira. Repasse de R\$ duodécimo: R\$ 4.910.913,94 anual.	Janeiro à novembro de 2017.
1.4.15.	Dívida pública – extrapolação do limite no 1º Semestre de 2017. decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.	nº LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um trimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três trimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Relatório de Gestão Fiscal de 2017.	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.
1.4.16.	Operação de crédito	Processo nº 17.397/2017.	nº Resolução nº 43/2001	Avaliar se houve contratação de operações	Relatório Contábil – Anexo IV - RGF	Janeiro à Dezembro de



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	antecipação de receita orçamentária – limite		do Senado Federal, art. 10.	de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Demonstrativo das Operações de Créditos.	2017.
2.1.1.	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	Lei Municipal nº 1.616/13 (PPA) e Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.2.	LDO – limitação de empenho.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.3.	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.4.	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.5.	LDO – Anexo de Metas Fiscais abrangência	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.6.	LDO – Anexo de Metas Fiscais conteúdo	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.7.	LDO – Anexo	Lei Municipal nº	LC	Avaliar se a LDO aprovada	LDO do exercício.	LDO do



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	de Riscos Fiscais abrangência	1.859/16 (LDO).	101/2000, art. 4º, § 3º.	para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.		exercício.
2.1.8.	LDO – Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO).	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO do exercício.	LDO do exercício.
2.1.9.	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	Processo nº 11.334/17 e nº 12.050/16.	LC nº 101/2000, art. 12, § 3º.	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	Processo nº 11.334/17 e nº 12.050/16.	Processo nº 11.334/17 e nº 12.050/16.
2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO), Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Lei Municipal nº 1.616/13 (PPA) e suas alterações.	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO), Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA), Lei Municipal nº 1.616/13 (PPA) e Processo nº 15.251/17.	Lei Municipal nº 1.859/16 (LDO), Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA), Lei Municipal nº 1.616/13 (PPA) e suas alterações e Processo nº 15.251/17.
2.1.11.	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	Lei Municipal nº 1.859/16, nº 1.928/16 e suas alterações.	LC nº 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Lei Municipal nº 1.859/16, nº 1.928/16 e suas alterações.	Lei Municipal nº 1.859/16, nº 1.928/16 e suas alterações.
2.1.12.	LOA demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA), Processo nº 11.338/17 e nº 8.545/17.	CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC nº 101/2000, art. 5º, inciso II.	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza	Lei Municipal nº 1.928/16, Processo nº 11.338/17 e nº 8.545/17.	Lei Municipal nº 1.928/16, Processo nº 11.338/17 e nº 8.545/17.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.		
2.1.13	LOA – reserva de contingência	Leis Municipais nº 1.928/16 e nº 1.859/16 e suas alterações.	LC nº 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Leis Municipais nº 1.928/16 e nº 1.859/16 e suas alterações.	Leis Municipais nº 1.928/16 e nº 1.859/16 e suas alterações.
2.1.14.	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	Leis Municipais nº 1.928/16 (LOA), nº 1.859/16 (LDO) e suas alterações e Processo 15.087/17.	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Leis Municipais nº 1.928/16 (LOA), nº 1.859/16 (LDO) e suas alterações e Processo 15.087/17.	Leis Municipais nº 1.928/16 (LOA), nº 1.859/16 (LDO) e suas alterações e Processo 15.087/17.
2.1.16.	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Decreto nº 1.930/2016.	LC nº 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Decreto nº 1.930/2016.	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Decreto nº 1.930/2016.
2.1.17.	Transparência na gestão	Processos nº 12.050/16, nº 8.447/17 e nº 11.183/17.	LC nº 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Processos nº 12.050/16, nº 8.447/17 e nº 11.183/17.	Processos nº 12.050/16, nº 8.447/17 e nº 11.183/17.
2.2.1.	Anexo de Metas Fiscais – 1º Semestre de 2017. cumprimento de metas fiscais.	RRFO e RGF do 1º Semestre de 2017.	LC nº 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	RRFO E RGF de 2017.	RRFO E RGF 1º semestre de 2017.
2.2.2.	Instituição, previsão execução de receitas.	Processo nº 1.128/2018.	LC nº 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e	Balancete Analítico da Receita Orçamentária Exercício 2017.	Tributos da Avaliação da arrecadação de impostos e taxas.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				Judiciais, e os resultados alcançados.		
2.2.3.	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Processo nº 7.912/2017.	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra R\$ 1.587.214,98. renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Relatório de Dívida Ativa até dezembro de 2017.	Execução e prescrição de dívida.
2.2.4.	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação de incentivo.	Processo nº 13.291/2017.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Sem medidas de compensação.	Sem medidas de compensação.
2.2.5.	Renúncia de receitas legislação específica	Processo nº 13.290/2017.	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.	Não houve legislação específica ao tema.	Não houve legislação específica ao tema.
2.2.6.	Renúncia de receitas resultados	Processo nº 13.289/2017.	CRFB/88, art. 37 /Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública	Não houve legislação específica ao tema.	Não houve legislação específica ao tema.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				consagrados no artigo 37 da CRFB/88.		
2.2.11.	Execução de despesas – créditos orçamentários	Processo nº 12.287/2017.	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Relatório Contábil E&L - Razão Integrado da Despesa Prevista.	Processos nº 3.249/2017; 1.839/2017; 11.618/2016; 1.488/2017; 3.746/2017; 4.126/2017.
2.2.13.	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Contas Contábeis – 52.212.01.00 – Créditos Adicionais Suplementares e 52.212.02.00 – Créditos Adicionais Especiais, Livro Razão, Listagem de Créditos Adicionais e Decretos.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	O valor de Créditos Adicionais no ano de 2017 foi de R\$ 34.112.918,94 e o valor de movimentações de crédito no ano foi de R\$ 10.870.289,10.	O valor de Créditos Adicionais no ano de 2017 foi de R\$ 34.112.918,94 e o valor de movimentações de crédito no ano foi de R\$ 10.870.289,10.
2.2.14.	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem de decretos – Créditos Adicionais.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Listagem de decretos – Créditos Adicionais do ano de 2017.	Listagem de decretos – Créditos Adicionais do ano de 2017.
2.2.15.	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	Listagem de Créditos Adicionais Decretos.	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	O valor de Créditos Adicionais no ano de 2017 foi de R\$ 34.112.918,94 e o valor de movimentações de crédito no ano foi de R\$ 10.870.289,10.	Os decretos analisados somaram a importância de R\$ 6.520.841,46.
2.2.16.	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	Listagem de ordens de pagamento, listagem de créditos adicionais do período de 01/01/2017 a 12/12/2017 e Processo nº 15.373/17.	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	Listagem de ordens de pagamento, listagem de créditos adicionais do período de 01/01/2017 a 12/12/2017 e Processo nº 15.373/17.	Listagem de ordens de pagamento, listagem de créditos adicionais do período de 01/01/2017 a 12/12/2017 e Processo nº 15.373/17.
2.2.19.	Créditos extraordinários – abertura	Listagem de Decretos – Créditos Adicionais e razão da conta contábil 52.212.03.00 – Créditos Extraordinários.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Listagem de Decretos – Créditos Adicionais e razão da conta contábil 52.212.03.00 – Créditos Extraordinários.	Listagem de Decretos – Créditos Adicionais e razão da conta contábil 52.212.03.00 – Créditos Extraordinários.
2.2.20.	Execução da	Sistema de LC		Avaliar a execução da	Previsão Inicial de	Receita



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	programação financeira de desembolso.	Contabilidade Municipal, Decreto nº 1.930/16.	101/2000, art. 8º. Legislação específica – LOA.	programação financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.	Receita: R\$ 101.822.697,65. Fixação Inicial da Despesa: R\$ 101.612.697,64.	R\$ efetivamente arrecadada: R\$ 113.244.547,59 Despesa efetivamente empenhada Consolidada: R\$ 102.786.998,33.
2.2.21.	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Processo nº 13.916/2017.	nº LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Portal da Transparência, Diário Oficial dos Municípios.	Ano de 2017.
2.2.22.	Transparência na gestão – execução orçamentária	Processo nº 14.775/2017.	nº LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações de menorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Publicação das receitas e despesas no ano de janeiro a agosto de 2017.	Receitas e despesas entre janeiro a agosto de 2017.
2.2.23.	Transparência na gestão – prestação de contas	Processo nº 14.782/2017.	nº LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Rol de Documentos do Prefeito - IN 43 - TCE-ES.	Rol de Documentos do Prefeito - IN 43 - TCE-ES.
2.2.26.	Limitação para custeio de despesas	Processo nº 14.974/2017.	nº LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Custeios de outros entes da Federação no ano de 2017.	Custeios de outros entes da Federação no ano de 2017.
2.2.27.	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Processo nº 15.011/2017.	nº CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Sem privilégio para Empresas Fiscais ou Sociedades de economia mista. Imunidade tributária recíproca, Art.	Sem privilégio para Empresas Fiscais ou Sociedades de economia mista. Imunidade



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

					150, inciso VI, alínea a, CRFB.	tributária recíproca, Art. 150, inciso VI, alínea a, CRFB.
2.3.3.	Evidenciação de resultados consolidados	BALPAT, BALORC e BALFIN.	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 / Portarias e STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	BALPAT, BALORC e BALFIN.	BALPAT, BALORC e BALFIN.
2.4.2.	Dívida pública – precatórios integração na dívida consolidada	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Processo 15.087/17.	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Processo 15.087/17.	Lei Municipal nº 1.928/16 (LOA) e Processo 15.087/17.
2.4.4.	Dívida pública evidencição no RGF	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.	Resolução do nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.
2.4.5.	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.	Resolução do nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.	Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2017.
2.4.6.	Operação de crédito	Processo nº 16.969/2017.	LC 101/2000,	Avaliar se o Estado/Município realizou	Sem Operações de Créditos neste	Sem Operações de



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	instituição financeira controlada		art. 36.	operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.7.	Operação de crédito instituição financeira controlada	Processo nº 17.411/2017.	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.8.	Operação de crédito vedações	Processo nº 17.410/2017.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.9.	Operação de crédito vedações	Processo nº 17.409/2017.	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.10.	Operação de crédito despesas de capital	Processo nº 17.408/2017.	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.11.	Operação de crédito – limite global	Processo nº 17.407/2017.	nº Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.12.	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	Processo nº 17.406/2017.	nº Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.13.	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias	Processo nº 17.405/2017.	nº LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.14.	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias	Processo nº 17.404/2017.	nº Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistema E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

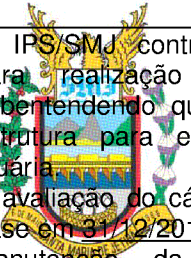
					Fazenda.	Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.15.	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias – limite	Processo nº 17.403/2017.	nº Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.16.	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	Processo nº 17.402/2017.	nº Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.17.	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	Processo nº 17.401/2017.	nº LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.
2.4.18.	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	Processo nº 17.400/2017.	nº LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38, da LRF.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.	Sem Operações de Créditos neste Município. Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Créditos - Sistemadas E&L. Confirmação pela Secretária de Fazenda.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.17.	Avaliação atuarial – Inicial	Relatório Cálculo Atuarial ano 2016. Contas contábeis.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	Relatório Cálculo Atuarial ano 2016. Contas contábeis.	Relatório Cálculo Atuarial ano 2016. Contas contábeis.
2.5.26	Censo Atuarial	A análise consistiu em indagação escrita através do Processo nº 3034/18 direcionada a Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal e Processo nº 3394/18 do Instituto de Previdência.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º, Portaria de MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realizou censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Processo nº 3.034/18 e nº 3.394/18.	Processo nº 3.034/18 e nº 3.394/18.

1.2. Constações e proposições

1.1.3.	Repasse de duodécimo após o dia 20 nos meses de janeiro e fevereiro de 2017.	Notificação à Secretaria de Fazenda através do Processo nº 13.292/2017.	Em monitoramento.
1.2.13	 <p>O IPS/SMJ contratou empresa especializada para realização deste tipo de serviço, subentendendo que a mesma dispõe de toda estrutura para elaboração da referida peça atuarial.</p> <p>A avaliação do cálculo atuarial teve como data base em 31/12/2016.</p> <p>Manutenção da contribuição patronal no percentual de 12,97%, proposição para o exercício de 2018 de 15,71%, manutenção da alíquota de 11 % para ativos, inativos e pensionista e alteração dos valores do aporte atuarial previdenciário, conforme Lei Municipal nº 2018 de 19 de setembro de 2017, que alterou a Lei Municipal nº 1981 de 14 de junho de 2017.</p>	Ofício ao Instituto de Previdência nº 014/17.	
1.2.14	As informações trazidas dos cálculos para amortização do déficit atuarial só são percebidas o respectivo abatimento dos valores a partir do oitavo ano, ou seja, uma distância muito longa para início das devidas amortizações do déficit.	Ofício ao Instituto de Previdência nº 014/17.	
1.4.3.	Observou-se em análise ao referido ponto de controle, que ocorre uma irregularidade no tocante aos estagiários, onde não está se observando os cursos dos mesmos com a finalidade executada no estágio.	Notificado a Secretaria de Administração através do Processo nº 999/18 para que adote providências de acordo com a Lei nº 11.788/08.	Foram adotados novos procedimentos para seleção de estagiários que estejam de acordo com a legislação no início do ano de 2018.
1.4.4.	Os índices publicados nos 4 primeiros bimestres do ano de 2017 encontraram divergência de valores dos publicados no portal da transparência, sistema contábil e no jornal. Importante destacar que não foi objeto deste ponto adentrar no mérito dos cálculos dos responsáveis, sendo verificado apenas se os números atingiram o que pede a legislação.	Notificação através do processo nº 18.690/2017.	A Secretaria responsável não apresentou as justificativas de publicação de valores divergentes.
1.4.5.	Foi analisado o 4º bimestre do ano de 2017 pelo Anexo XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Propomos à Gestora do Fundo Municipal de Saúde orientações quanto ao Manual de Demonstrativos Fiscais principalmente na parte 03.12.00 Anexo 12 - Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde processo ainda precisa de maiores esclarecimentos visto que as respostas da Gestora foram insuficientes para demanda pretendida.	
1.4.6.	Contração de mão de obra terceirizada para serviços em que a Prefeitura detém de servidor com o cargo indicado em seu plano de cargos, sem contabilização como "339036000000 - Outros Serviços Terceiro Pessoa Física".	Notificação através do processo nº 15.947/2017.	Secretaria de Administração se comprometeu a manter todos os esforços necessários para correta classificação nas próximas contratações.
1.4.10	Em 2017, a Prefeitura contratou 150 servidores para o Centro de Saúde de Santa Maria de Jetibá.	Notificação à Secretaria de Saúde através do processo nº 15.947/2017.	Em monitoramento.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Em análise das peças que tratam da gestão econômica financeira do Município de Santa Maria de Jetibá, as quais retratam a consolidação dos dados da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Servidores e Câmara Municipal, pertencentes a Prestação de Contas Anual em conformidade com a Instrução Normativa nº 43/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

A execução orçamentária foi executada com base na Lei Orçamentária Anual nº 1.928 de 07 de dezembro de 2016, de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, Lei Orgânica Municipal e Legislação Complementar, conforme quadro abaixo:

	Prefeitura Municipal	Saúde	Instituto	Câmara
Orçamento 2017	69.915.964,55	22.390.819,15	4.395.000,00	4.910.913,64
Total.....				101.612.697,64

As peças consideradas para melhor identificar a movimentação financeira e orçamentária foram o PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a já informada acima, Lei Orçamentária Anual.

1.3.1 Da Gestão Orçamentária

A Lei Municipal Orçamentária Anual nº 1928/2016 de 07 de dezembro de 2016, previu a receita e fixou a despesa na seguinte ordem:

Consolidado	Previsto/Fixado - R\$	Atualizada - R\$	Realizada - R\$
Receita	101.612.697,64	101.822.697,65	113.244.547,59
Despesa	101.612.697,64	108.475.220,39	102.786.998,33

Analisando a receita prevista com a arrecadada, podemos concluir que a receita foi arrecadada além da previsão gerando um excesso de arrecadação de R\$



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.421.849,94 (onze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo:

Demonstração da Receita 2017	Consolidado - R\$
Receita Prevista	101.612.697,64
Receita Prevista/atualizada	101.822.697,65
Receita Arrecadada	113.244.547,59
Superavit	11.421.849,94

As despesas foram fixadas inicialmente em R\$ 101.612.697,64 e atualizadas no decorrer do exercício através de movimentações orçamentárias (superávit e excesso de arrecadação), perfazendo R\$ 108.475.220,39, conforme verificado no Balanço Orçamentário e se comparado com o valor empenhado no montante de R\$ 102.786.998,33, representou uma economia orçamentária de R\$ 5.688.222,06, conforme abaixo:

Demonstração da Despesa 2017	Consolidado - R\$
Despesa Fixada/atualizada	108.475.220,39
Despesa Realizada - Empenhada	102.786.998,33
Economia Orçamentária	5.688.222,06

Comparando a Receita arrecadada e a despesa realizada (empenhada) no exercício, com base no Balanço Orçamentário, podemos verificar que houve um resultado positivo no montante de R\$ 10.457.549,26, conforme quadro abaixo:

Resultado da Execução Orçamentária 2017	Consolidado
Receita Arrecadada	113.244.547,59
(-) Despesa Realizada	(102.786.998,33)
Resultado orçamentário - Superavit	10.457.549,26

1.3.2 Gastos com manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas realizadas em educação com base no que diz a Constituição Federal em seu Artigo 212, de que os municípios no poderão aplicar menos do que 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos, compreendida a



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, tomando por base as informações contidas no Anexo 8 do RREO, do artigo 72 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresentou o resultado abaixo:

A despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, atingiu um percentual de 34,07%, das receitas resultantes de impostos, compreendidas a provenientes de transferências de impostos.

Os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, ensino fundamental e educação infantil, atingiu o percentual de 86,41% da receita originária do FUNDEB, que determina o limite mínimo de 60%.

O percentuais acima demonstram que o município cumpriu com as devidas determinações legais, ou seja, artigo 212 da Constituição Federal, Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

1.3.3 Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde

As despesas realizadas com saúde atingiram o percentual de 19,30%, conforme pode ser verificado no Anexo 12 do RREO, acima do limite mínimo de 15% que os municípios deverão aplicar de acordo com que foi estabelecido na Emenda Constituição nº 29/2000 e LC 141/2012 em seu artigo 7º o qual determina o percentual mínimo da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” e o parágrafo 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

1.3.4 Despesa com Pessoal



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

As despesas com pessoal e encargos realizadas no presente exercício com base nos dados consolidados atingiu um montante de R\$ 51.821.200,52 (cinquenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos reais e cinquenta e dois centavos) da Receita Corrente Líquida no montante de R\$ 103.538.725,97 (cento e três milhões, quinhentos e e trinta e oito mil, setecentos e vinte e cinco Reais e noventa e sete centavos), correspondendo ao Poder Executivo o limite de 47,44 % e de 2,61 % para o Poder Legislativo, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	Prefeitura	Saúde	Instituto	Câmara
Percentuais Máximos LRF	60,00%	54,00%			6,00%
Percentuais Aplicados	50,05%	33,58%	12,81%	1,05%	2,61%

1.3.5 Da Execução Financeira - Disponibilidades

Em conferência das demonstrações das disponibilidades líquidas do exercício financeiro de 2016 foi de R\$ 53.827.373,01 (cinquenta e três milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e três reais e um centavo) e para o exercício seguinte em 2017 de R\$ 67.522.478,08 (sessenta e sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oito centavos), conforme abaixo:

Balanço Financeiro - Anexo XIII		Consolidado
Saldo financeiro do exercício anterior - 2016		R\$ 53.827.373,01
(+) Receitas 2017		R\$ 151.984.419,37
Receitas Orçamentárias	R\$ 113.244.547,59	
Receitas extra-orçamentárias + Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 38.739.871,78	
(-) Despesas 2017		R\$138.289.314,30
Despesas Orçamentárias	102.786.998,33	
Despesas extra-orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas	35.502.315,97	
Saldo para o exercício seguinte		R\$ 67.522.478,08

Resumo:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ÓRGÃO	SALDO EM 31/12/2017- R\$
Câmara Municipal	317.760,97
Fundo Municipal de Saúde	2.600.227,65
Instituto de Previdência	49.343.236,85
Prefeitura Municipal	15.213.759,16
Saldo total.....	67.474.984,63
Diferença verificada.....	47.493,45

A diferença encontra-se nas disponibilidades financeiras da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 46.899,45 (quarenta e seis mil, oitocentos noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos) e no Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais), que depende de nota explicativa do setor competente para melhores esclarecimentos, considerando que o saldo contábil é maior que o saldo bancário.

1.3.6 Da Execução Patrimonial

No decorrer do exercício o Município de Santa Maria de Jetibá, na execução orçamentária e financeira obteve uma variação patrimonial positiva no valor de R\$ 7.796.348,65, que somado ao ativo real líquido do ano anterior acumulou um saldo de R\$ 161.611.764,19, conforme demonstrado abaixo:

Saldo Patrimonial	Consolidado
Saldo Patrimonial 2016	152.799.025,59
(+) resultado do exercício	7.796.348,65
(+) ajustes de exercícios anteriores	1.016.389,95
Saldo Patrimonial do Exercício - ARL	161.611.764,19

Total do Ativo Real	206.891.376,96	Total do Passivo Real	45.279.612,77
		Ativo Real Líquido	161.611.764,19

Passamos a informar abaixo a situação dos bens móveis e imóveis, bens intangíveis, bem como os bens de consumo constantes em almoxarifado do Município de forma consolidada (Instituto de Previdência, Fundo Municipal de Saúde, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal) conforme demonstrado no Balanço Patrimonial e respectivas tabelas que compõem a PCA/2017:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BENS MÓVEIS

Consolidado	2016	2017
Saldo da Conta - Bens Móveis	24.931.059,94	27.647.885,74
(-) Depreciação	(78.257,70)	(2.035.800,53)
Bens Móveis	24.852.802,24	25.612.085,21

RESUMO

Saldo da conta - Bens Móveis - 2017

Câmara Municipal	907.534,33
Fundo Municipal de Saúde	2.854.610,49
Prefeitura Municipal	21.831.812,22
Instituto	18.128,17
Total.....	25.612.085,21

BENS INTANGÍVEIS

Consolidado	2016	2017
Saldo da Conta - Bens Intangíveis	69.517,10	110.017,10

RESUMO

Saldo da conta - Bens Intangíveis - 2017

Câmara Municipal	40.171,49
Fundo Municipal de Saúde	40.500,00
Prefeitura Municipal	29.345,61
Total.....	110.017,10

BENS IMÓVEIS

Consolidado	2016	2017
Saldo da Conta - Bens Imóveis	105.060.826,00	107.197.619,44
(-) Depreciação	0,00	(.209.340,45)
Bens Imóveis	105.060.826,00	106.988.278,99

RESUMO

Saldo da conta - Bens Imóveis - 2017

Câmara Municipal	3.725.012,20
Fundo Municipal de Saúde	3.720.285,06
Prefeitura Municipal	99.542.981,73
Total.....	106.988.278,99



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BENS - ESTOQUE ALMOXARIFADO

Consolidado	2016	2017
Saldo da Conta - Bens em Almojarifado	518.689,67	1.451.786,16

RESUMO

Saldo da conta - Estoque Almojarifado - 2017

Câmara Municipal	41.497,75
Fundo Municipal de Saúde	564.322,82
Prefeitura Municipal	845.422,78
Instituto de Previdência	542,81
Total.....	1.451.786,16

1.3.7 RESTOS A PAGAR

Verificamos no Balanço Financeiro as inscrições e pagamentos de Restos a Pagar processados e não processados, conforme quadro abaixo:

Restos a Pagar Não Processados Inscrição 2017	4.321.603,57
Restos a Pagar Processados Inscrição 2017	1.455.028,86
Total.....	5.776.632,43
Restos a Pagar Não Processados Pagos	2.019.712,58
Restos a Pagar Processados pagos	412.634,53
Total.....	2.432.347,11

Prefeitura

Durante o decorrer do exercício de 2017 foram procedidos cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 618.451,68 e Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 33.684,40, cancelados através dos Decretos n.ºs 755/2017, 804/2017, 959/2017, 1250/2017, 1609/2017 e 1610/2017.

Fundo Municipal de Saúde

Da mesma forma, durante o decorrer do exercício de 2017 foram procedidos cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 104.571,40 e



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 92.060,01, cancelados através dos Decretos n.ºs 1587/2017 e 1588/2017.

Não foram verificados cancelamentos de restos a pagar junto ao Instituto de Previdência e Câmara Municipal, no decorrer do exercício de 2017.

1.3.8 Dívida Fundada

Analisando a Dívida Fundada com base no ANEXO XVI - Demonstrativo da Dívida Fundada, apresenta saldos nas seguintes contas: Provisão de férias no valor de R\$ 122.760,16, parcelamento de débitos junto ao INSS de R\$ 4.315,97 e provisão matemática com base no ultimo cálculo atuarial com base em 31/12/2016 no valor de R\$ 42.325.750,41.

1.3.9 Dívida Flutuante

Analisando a dívida fluante com base nas informações contidas no anexo XVII - Demonstrativo da Dívida Flutuante - Consolidado, apresentamos os respectivos saldos existentes:

Foram verificados saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e do exercício atual, conforme abaixo:

Restos a Pagar Processados

2013 - R\$ 6.759,28

2014 - R\$ 13.402,95

2015 - R\$ 102.762,02

2016 - R\$ 7.631,30

2017 - R\$ 1.455.028,86.....**Saldo atual R\$ 1.585.584,41**

Restos a Pagar Processados

2010 - R\$ 1.350,00

2013 - R\$ 830,00



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2014 - R\$ 47.316,98
2015 - R\$ 104.828,38
2016 - R\$ 99.636,22
2017 - R\$ 4.321.603,57.....**Saldo atual R\$ 4.575.565,15**
Total Geral.....R\$ 6.161.149,56

Outras Dívidas

Consignações

RPPS 13º SALÁRIO - R\$ 23.716,40
RPPS SERVIDORES - R\$ 295.543,97
IPAJM - ES - R\$ 553,96
INSS 13º SALARIO - R\$ 4.421,34
INSS SERVIDORES - 244.098,41
INSS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 69.323,73
IRRF DE SERVIDORES - R\$ 15.029,97
IRRF PJ/PF - R\$ 3.350,75
ISS - R\$ 29.627,10
PENSÃO ALIMENTÍCIA - R\$ 1.065,03
SEGURO DE VIDA SULAMERICA - R\$ 5.466,97
SINDICADO DOS SERV. MUNICIPAIS - R\$ 19.055,40
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - R\$ 4.445,18
SINDIUPES - R\$ 457,05
SINDIENFERMEIROS - R\$ 27,06
CONSIGNAÇÃO CEF - R\$ 99.619,50
CONSIGNAÇÃO BANESTES - R\$ 123.402,66
CONSIGNAÇÃO B.BRASIL - R\$ 3.001,70
CONSIGNAÇÃO SICOOB - R\$ 1.825,80
DEVOLUÇÃO DE V. DIVERSOS - R\$ 282,37
DESCONTO AÇÃO JUDICIAL - R\$ 50,00
DESCONTO PROCESSO - DJALMA GUMS - R\$ 2.720,78
Total.....R\$ 947.085,13



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Depósitos

DESCONTO DE AÇÃO JUDICIAL - R\$ 529,10

DESCONTO PROCESSO 8155/2010 - R\$ 3.532,43

DEPÓSITO DE TERCEIROS - R\$ 9.923,62

Total.....R\$ 13.985,15

Total Geral.....R\$ 7.122.219,84

1.3.10 Dívida Ativa

Analizando a Dívida Ativa Tributária e não Tributária, num total de R\$ 1.934.299,84 (um milhão novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), constante do ANEXO XIV - Balanço Patrimonial e do relatório do Setor de Tributação Municipal que contempla as seguintes informações abaixo relacionadas:

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - 2017	
(+) Saldo do exercício anterior	249.295,03
(+) Inscrições do Exercício	3.999,09
(+) Atualizações	25.501,15
(-) Baixas por cancelamento	850,00
(-) Baixas por pagamento	2.854,47
Total	275.090,80

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - 2017	
(+) Saldo do exercício anterior	1.495.596,55
(+) Inscrições do Exercício	378.757,72
(+) Atualizações	141.997,02
(-) Baixas por cancelamento	56.309,29
(-) Baixas por pagamento	300.832,96
Total	1.659.209,04

1.3.11 Evidenciação de Resultados - Consolidação

Buscando evidenciar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras estão compatíveis com as devidas consolidações, segue abaixo as devidas comparações:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Orçamentária

Órgão	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
Câmara	4.910.913,94	4.410.913,94	3.631.661,31	3.403.659,18	3.359.555,46
Instituto	4.395.000,00	6.494.257,75	5.716.345,31	5.716.345,31	5.716.345,31
Saúde	22.390.819,15	25.060.393,00	25.549.354,86	24.072.048,41	23.778.135,55
Prefeitura	69.915.964,55	72.509.655,70	68.889.636,85	65.273.341,86	64.156.329,58
Total	101.612.697,64	108.475.220,39	103.786.998,33	98.465.394,76	97.010.365,90
Consolidado	101.612.697,64	108.475.220,39	102.786.998,33	98.465.394,76	97.010.365,90

Financeira

Órgão	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realizada realizada
Câmara	0,00	0,00	0,00
Instituto	4.399.500,00	4.399.500,00	13.632.053,78
Saúde	8.399.695,08	8.399.695,08	9.138.894,35
Prefeitura	89.023.502,57	89.023.502,57	90.473.599,46
Total	101.822.697,65	101.822.697,65	113.244.547,59
Consolidado	101.822.697,65	101.822.697,65	113.244.547,59

Patrimonial

Órgão	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Total Ativo	Total do Passivo
Câmara	(440.886,02)	4.833.741,78	5.036.087,26	5.036.087,26
Instituto	(2.417.048,48)	7.704.206,96	50.029.957,37	50.029.957,37
Saúde	1.991.821,60	11.153.376,44	11.660.852,54	11.660.852,54
Prefeitura	8.662.461,55	137.920.439,01	140.164.479,79	140.164.479,79
Total	7.796.348,65	161.611.764,19	206.891.376,96	206.891.376,96
Consolidado	7.796.348,65	161.611.764,19	206.891.376,96	206.891.376,96

As informações contidas nas peças contábeis desta Prestação de Contas dos órgãos mencionados, foram devidamente consolidados em sua integralidade conforme pode ser verificado nas informações acima.

Há uma pendência de registro nas peças consolidadas relativas as informações contábeis, financeira e patrimonial dos consórcios públicos em que este município pactua com os rateios dos consorciados necessários para prática de suas atividades.

1.4 - Gestão Previdenciária



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A gestão Previdenciária é feita através do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais com apoio do Município no que diz respeito as alterações que porventura vier a ocorrer, fruto da propostas proferidas pelos técnicos no ato da elaboração dos respectivos planos atuariais.

O ultimo plano atuarial realizado foi com base no ano de 2016, deixando **claro** que não iremos adentrar em qualquer tipo de cálculo realizado, por entendermos que não detemos competência legal para este ato, tendo em vista que não há em toda Entidade Municipal profissional formado e com registro na área da ciência atuária.

Para essa finalidade o Instituto contrata empresa especializada para realização deste tipo de serviço, subentendendo que a mesma dispõe de toda estrutura para elaboração da referida peça atuária.

Porém podemos trazer a esta demanda informações colhidas do cálculo atuarial com data base em 31/12/2016, das quais podemos afirmar que foram tomadas por parte do Instituto de Previdência, providências como a manutenção da contribuição patronal no percentual de 12,97 %, proposição para o exercício 2018 de 15,71%, manutenção da alíquota de 11 % para ativos, inativos e pensionista e alteração dos valores do aporte atuarial previdenciário, conforme Lei Municipal nº 2018 de 19 de setembro de 2017, que alterou a Lei Municipal nº 1981 de 14 de junho de 2017.

O que dever ser visto ao nosso entendimento, mesmo que primário, em relação a complexidade do tema e pelo fato de que não dispomos de equipe para essa finalidade como já mencionado acima, sobre a forma de liquidação do déficit atuarial, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Tabela 6 - Demonstrativo das Reservas Técnicas

RESERVA TÉCNICA	
TIPO	TOTAL R\$
RMBAC - Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	74.036.378,57
RMBCC - Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	66.062.228,46
Serviço Passado (Estimativa de COMPREV)	20.126.266,45
Patrimônio	42.325.750,41
DÉFICIT ATUARIAL	77.646.590,17



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA
CNPJ 04.624.640/0001-23

4.13 APORTES – COM PAGAMENTOS POSTECIPADOS

AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Ente Federativo:	SANTA MARIA DE JETIBÁ	a.a. anos
Juros:	6,00%	
Prazo:	32	
Déficit:	77.646.590,17	

Qtdd - Mulheres:	702
Qtdd - Homens:	339
Sal - Mulheres:	R\$ 1.904,92
Sal - Homens:	R\$ 1.792,93
Folha Salarial - FS (Anual):	25.285.742,43

Demonstrativo dos Pagamentos							
n	Ano	%	Base de Cálculo	Saldo Inicial	(-) Pagamento	Juros	Saldo Final
1	2017	4,95%	25.538.599,85	77.646.590,17	1.263.289,80	4.658.795,41	81.042.095,78
2	2018	5,58%	25.793.985,85	81.042.095,78	1.440.000,00	4.862.525,75	84.464.621,53
3	2019	9,21%	26.051.925,71	84.464.621,53	2.400.000,00	5.067.877,29	87.132.498,82
4	2020	11,40%	26.312.444,97	87.132.498,82	3.000.000,00	5.227.949,93	89.360.448,75
5	2021	13,55%	26.575.569,42	89.360.448,75	3.600.000,00	5.361.626,92	91.122.075,67
6	2022	15,65%	26.841.325,11	91.122.075,67	4.200.000,00	5.467.324,54	92.389.400,21
7	2023	17,71%	27.109.738,36	92.389.400,21	4.800.000,00	5.543.364,01	93.132.764,23
8	2024	21,91%	27.380.835,75	93.132.764,23	6.000.000,00	5.587.965,85	92.720.730,08
9	2025	23,87%	27.654.644,10	92.720.730,08	6.600.000,00	5.563.243,80	91.683.973,88
10	2026	25,78%	27.931.190,55	91.683.973,88	7.200.000,00	5.501.038,43	89.985.012,32
11	2027	25,74%	28.210.502,45	89.985.012,32	7.260.000,00	5.399.100,74	88.124.113,06
12	2028	25,69%	28.492.607,48	88.124.113,06	7.320.000,00	5.287.446,78	86.091.559,84

w: 2 Coluna: 1 Palavras:718 Verificação Ortográfica

Com base nas informações acima, os cálculos para amortização do déficit atuarial só é percebido o respectivo abatimento do valores principais a partir do oitavo ano, ou seja, uma distância muito longa para início das devidas amortizações. Neste ponto é que deverá se rever os cálculos nos próximos levantamentos atuariais, para melhor adequação das futuras deficiências.

Importante deixar claro que o Instituto de Previdência dos Servidores, IPS/SMJ, ainda não finalizou os cálculos do equilíbrio financeiro e atuarial referente ao exercício de 2017, conforme informado pelo Instituto através do ofício IPS/SMJ/Nº082/2018, protocolado sob o nº 004270/2018, apresentando as justificativas pertinentes. Portanto, fica claro que não haverá tempo hábil para



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

verificação deste processo até a entrega da Prestação de Contas à Egrégia Corte de Contas.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Hilário Roepke, Prefeito do Município de Santa Maria de Jetibá, relativa ao exercício de 2017.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalvas.**

2.1 Ressalvas:

As ressalvas são decorrentes das constatações e inconformidades apresentadas no item 1.2 e 1.3 acima.

Com a finalidade de sanar as ressalvas, solicitamos que o gestor apresente um Plano de Ação até a data máxima de 15/06/2018, contando com metas e prazos de atendimento.

Santa Maria de Jetibá, 28 de março de 2018.

SEBASTIÃO LUIS SILLER

Controlador Geral Interno
Decreto nº 994/2017
CRC-ES 007195/O